



CIÊNCIA E SOCIEDADE: FERRAMENTAS CONTÁBEIS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

SCIENCE AND SOCIETY: ACCOUNTING TOOLS IN THE EDUCATION OF FINANCIAL EDUCATION

Jussara Jacomelli¹ Marciana Almeida Batista²

RESUMO

O tema escolhido para este artigo foi a Educação Financeira vista à necessidade de educar o brasileiro para sua organização orçamentária, o que pressupõe que essa temática seja trabalhada desde o Ensino Fundamental até à Universidade. Buscamos refletir sobre a situação econômica do Brasil, onde parcela significativa da população encontra-se endividada; propor técnicas contábeis de Planejamento Financeiro, Orçamento e Fluxo de Caixa como ferramentas para a gestão da Economia Doméstica, que ao serem articuladas aos conceitos de consumo e poupança, constituem-se didáticas de ensino. Utilizamos uma metodologia descritiva e crítica, tendo como base autores como Wisniewski, Buseti e Bittencort. O texto foi organizado em quatro momentos: primeiro, exploramos os termos consumo e poupança; segundo, realizamos uma análise dos índices divulgados pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), uma mostra da realidade financeira do brasileiro; terceiro, desenvolvemos uma abordagem acerca das vantagens da Educação Financeira para a população; quarto, indicamos técnicas contábeis na gestão da Economia Doméstica. Observamos que o ensino da Educação Financeira permite ao usuário ter clareza sobre os limites e as possibilidades de seu orçamento, o que permite planejar com segurança. Esse ensino deve acompanhar o desenvolvimento da pessoa, sendo fundamental que as escolas, lócus da dinamização de habilidades e competências para a vida, incluam-no em seus programas educacionais. A Universidade ao assumir o compromisso de disseminar o conhecimento das técnicas orçamentárias, além de praticar a extensão, referenda a importância social dos cursos vinculados à área das Ciências Sociais Aplicadas.

Palavras-chave: Educação financeira. Técnicas contábeis. Sociedade.

¹Jussara Jacomelli - Professora de Metodologia da Ciência no Curso de Ciências Contábeis na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen, Brasil. Mestre em História. Doutora em Desenvolvimento Regional. E-mail: jacomelli@uri.edu.br; ² Marciana Almeida Batista - Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen, Brasil. E-mail: marciana_almeidabatista@yahoo.com.br.

ABSTRACT

The subject chosen for this article was Financial Education, considering the need to educate the Brazilian people for their budget organization, which assumes that this subject be worked from the Elementary School to the University. We sought to reflect on the economic situation in Brazil, where a significant portion of the population is indebted; propose accounting techniques of Financial Planning, Budget and Cash Flow as tools for the management of Domestic Economy, which, when articulated to the concepts of consumption and savings, become teaching didactics. We used a descriptive and critical methodology, based on authors such as Wisniewski, Buseti and Bittencort. The text was organized in four moments: first, we explored the terms consumption and savings; second, we performed an analysis of the indexes released by the consumer indebtedness and default survey (PEIC), a sample of the Brazilian financial reality; third, we developed an approach about the benefits of Financial Education for the population; fourth, we indicated accounting techniques in the management of Domestic Economy. We have observed that the teaching of Financial Education allows the user to be clear about the limits and possibilities of their budget, which allows planning with safety. This education must be followed by the development to the person, and it is fundamental that schools, the locus of skills dinamization and life skills, include it in their educational programs. The University, in its commitment to disseminate knowledge of budget in techniques, besides practicing extension, endorses the social importance of courses related to the area of Applied Social Sciences.

Keywords: Financial education. Accounting techniques. Society.

INTRODUÇÃO

Neste artigo objetivamos refletir acerca da atual situação econômica do Brasil, onde parcela significativa da população encontra-se endividada e propor algumas técnicas contábeis para o ensino da Educação Financeira nas escolas e, com isso, contribuir para disseminar conceitos de consumo consciente e poupança como princípios básicos e norteadores da Contabilidade, que é uma ciência social aplicada que apresenta uma série de técnicas que permitem auxiliar as pessoas a gerirem seus rendimentos e a viverem melhor com o que possuem. Dentre muitas técnicas contábeis, para esse estudo, escolhemos as ferramentas do Planejamento Financeiro, Orçamento e Fluxo de Caixa por se tratarem de metodologias de fácil entendimento e aplicação, o que facilita o uso da mesma por pessoas com pouco conhecimento em gestão financeira.

Durante os últimos vinte anos, o Brasil saiu de uma situação de hiperinflação, passando por um período de ampliação de consumo e de acesso ao crédito

(CAMPOS, 2012). A elevação nos índices de endividamento das famílias pode ser atribuída à maior oferta de crédito para financiamentos, sendo que o uso desses foi impulsionado pelo crescimento da renda formal e a ascensão de milhares de pessoas para a classe social “C”. Esse ingresso levou as instituições financeiras a ofertar linhas de financiamento facilitadas pela variedade de prestações. Essa facilidade fomentou o consumo de bens, não apenas os de primeira necessidade, como o de supérfluos, favorecendo o endividamento e a inadimplência (PINTO; VIEIRA, 2010).

Além das facilidades de acesso ao crédito como um vetor de endividamento, há, a nosso ver, a necessidade de explorar o conceito de Educação Financeira no ensino. Conforme Guimarães (2016), um dos grandes desafios na atualidade, diz respeito à educação: o Brasil ocupa o 83º lugar entre 130 países no ranking do desenvolvimento, mas é classificado como oitava maior economia do mundo. Na educação pontuou menos que países como Uruguai (60º), Costa Rica (62º), Bolívia (77º) e Paraguai (82º). Cuba, na 36ª posição, lidera na região, os países considerados de menor desenvolvimento relativo.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DO CONSUMISMO À POUPANÇA

A Educação Financeira remete a reflexão sobre o consumismo, haja vista que a maior parte da renda das famílias tem sido destinada ao consumo influenciado diretamente pelas ações comunicativas da mídia. O consumo, para além das necessidades, afeta os adultos, as crianças e os jovens em idade escolar que, deslumbradas pela publicidade midiática, aliam qualidade de vida à aquisição de produtos. Nesse modelo de sociedade, o controle das compras compulsivas e a construção do hábito de poupar representam dois grandes desafios na gestão das finanças pessoais (WISNIEWSKI, 2011).

Poupar é resultado da combinação de quatro pontos básicos: autocontrole, visão de futuro, motivações e metas. O autocontrole no contexto do poupar está relacionado com a visão de futuro, em que o indivíduo deixa de consumir algo no presente para alcançar um benefício posterior. Assim, o índice da poupança como meta pode elevar ou reduzir, em decorrência das ações do consumidor, em relação aos seus objetivos futuros. Apesar do efeito positivo da meta, é a motivação que dá suporte à sua execução, ou seja, é o desejo em adquirir algo atraente ou de interesse que incentiva o indivíduo a poupar (FERREIRA et al., 2013).

O hábito de consumir irrefletidamente os bens materiais disponíveis no sistema mercadológico compromete o êxito da prática de poupar. Tal hábito é influenciado pelas promessas de felicidade material, difundidas pelo discurso

publicitário, como forma de integração social, em um sistema onde são considerados bem-sucedidos materialmente aqueles que consomem os produtos consagrados pelas grandes empresas e marcas. Essa promessa e essa forma de integração levam aos hábitos de consumo e ao endividamento (BITTENCOURT, 2011).

A facilidade de acesso ao crédito, quando utilizada de modo consciente promove o desenvolvimento econômico, amplia a produção e o acesso aos bens e serviços disponíveis no mercado. Mas, quando utilizada indiscriminadamente, leva à inadimplência e ao endividamento (WISNIEWSKI, 2011). Nesse contexto, Buseti contribui afirmando que “[...] para o ato da poupança ser automatizado na vida financeira dos indivíduos, é importante tratar a respeito da Educação Financeira e de noções de Planejamento e Controle Orçamentário” (2012, p. 25).

MOSTRAS E REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE FINANCEIRA DO BRASILEIRO

A falta de controle no orçamento financeiro, aliada aos padrões de consumo da sociedade, tem motivado o endividamento das famílias brasileiras (WISNIEWSKI, 2011). A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2016) divulgou na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) que o endividamento das famílias brasileiras aumentou 0,2 pontos percentuais de agosto para setembro no ano de 2016, atingindo o índice de 58,2%. Em setembro de 2015, o percentual das famílias com contas ou dívidas em atraso era de 23,1%, índice que se elevou para 24,4% em agosto de 2016, fechando em 24,6% em setembro deste mesmo ano. Acerca da inadimplência, a PEIC aponta que 8,6% das famílias em agosto de 2015 diziam não poder quitar as dívidas adquiridas, apurando o crescimento desse índice para 9,4% e 9,6% em agosto e setembro de 2016, respectivamente. Em setembro de 2016, o tempo médio das contas atrasadas alcançava 63,2 dias, o tempo médio de comprometimento com essas dívidas era de 7,1 meses e 21% das famílias brasileiras endividadas estavam com mais da metade da sua renda comprometida (OLIVEIRA, 2016).

O CNC (2017), através da PEIC, mostra os números do endividamento dos brasileiros no ano de 2016 e início de 2017 de forma comparativa. Nos meses de janeiro e dezembro de 2016, 9,0% e 8,7%, respectivamente, das famílias declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que permaneceriam, portanto, inadimplentes. Em janeiro de 2017 esse percentual se elevou para 9,3%. A proporção das famílias que se declararam muito endividadas registrou aumento de 13,8% em dezembro de 2016 para 13,9% em janeiro de 2017. A parcela que declarou estar mais ou menos endividada passou de 22,4% para 20,2% e a parcela pouco endividada passou de 25,5% para 21,5% na comparação entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Entre as famílias com contas ou dívidas

inadimplentes, o tempo médio de atraso elevou-se de 64,0 dias em janeiro de 2016 para 65,0 dias em janeiro de 2017. O tempo médio de comprometimento entre as famílias endividadas foi de 7,0 meses, sendo que 26,8% estão comprometidas com dívidas até três meses e 33,0%, por mais de um ano. Das famílias brasileiras endividadas no ano de 2016, 21,2% afirmou terem mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas, índice que também se elevou quando comparado a 2016.

Entre os anos de 2005 e 2011, a classe social tipo “C” teve um crescimento de 64,3%, passando a representar 54% da população brasileira. O enquadramento na classe “C” dessa população proporcionou a elevação da renda média brasileira em 39% no período, passando de R\$ 1.107,00 para R\$ 1.450,00, e a renda geral da população em 66,1%, passando de R\$ 974,00 para R\$ 1.618,00, evidenciando uma melhor distribuição de renda na população. No entanto, a inadimplência do consumidor tem aumentado progressivamente (VEJA ONLINE, mar. 2012 apud BUSETTI, 2012). O consumo não adequado à renda do indivíduo mostra que muitos brasileiros não possuem domínio dos conhecimentos voltados à administração do seu dinheiro, o que sugere a necessidade da exploração da temática do consumo consciente, da poupança e a disseminação do conceito de Educação Financeira no ensino.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CAMINHO POSSÍVEL

A Educação Financeira firma-se em quatro pilares, sejam eles: a) decisões de consumo e economia, estabelecendo a parcela da renda mensal que será gasta em consumo e a parcela que será economizada para o futuro; b) decisões de investimento, buscando definir as melhores maneiras de investir os recursos economizados; c) decisões de financiamento, estabelecendo a relação de aplicação de recursos de terceiros como objeto de complementação dos próprios recursos; d) administração do risco, objetivando reduzir as incertezas financeiras. A instrução acerca desses fatores permite ao administrador da Economia Doméstica gerir sua renda de maneira adequada, estando o ato de poupar intimamente relacionado nesse contexto de Planejamento Financeiro, visto que possibilita decisões de investimento, financiamento e risco (BUSETTI, 2012). As tabelas a seguir apresentam as características que diferenciam os indivíduos que possuem conhecimento de finanças daqueles que desconhecem o conceito.

A tabela 1 é uma mostra de situações que remetem à ausência de conhecimento sobre finanças.

Tabela 1 - Ausência de conhecimento sobre finanças

Ausência de conhecimento sobre finanças

1. Dificuldades financeiras;
2. Investimentos deficitários (sem retorno)
3. Pagament
4. Consórcio, Leasing, Empréstimos Bancários ou com Agiotas;
5. Ostentação - carro "top", casa maior do que o necessário, joias, roupas de grife;
6. Gastos maiores que receitas;
7. Faltam recursos para aplicar em Ativos que geram renda;
8. Não possui autodisciplina para traçar e alcançar metas financeiras.

Fonte: BUSETTI (2012)

A tabela 2 elenca situações oriundas do conhecimento sobre finanças, as quais possibilitam a melhoria da qualidade de vida do usuário.

Tabela 2 - Presença de conhecimento sobre finanças

Presença de conhecimento sobre finanças

1. Estabilidade financeira;
2. Investimentos lucrativos (com retorno)
3. Recebimento de juros (ativos);
4. Aplicações financeiras em Ativos que geram receitas ou renda;
5. Evita supérfluos - prioriza geração de renda atual ou futura, gasta somente o necessário;
6. Gastos menores que receitas;
7. Sobram recursos para aplicar em Ativos que geram renda;
8. Tem autodisciplina para traçar e alcançar metas financeiras.

Fonte: BUSETTI (2012)

A leitura dos dados tabelados mostra que o conhecimento sobre finanças permite ao indivíduo consumir um montante menor do que a sua renda mensal, formar poupança e realizar investimentos. Ao contrário, seu desconhecimento, gera tendência ao endividamento e a inadimplência. Ao ato de gastar um valor maior que a renda mensal, é agregada a necessidade de empréstimos e, conse-

quentemente, o pagamento de juros e o consumo de recursos que poderiam ser utilizados na captação de ativos para a obtenção de renda.

Segundo Buseti (2012) os atos de poupar, investir e aproveitar o dinheiro estão ligados e tem origem na relação entre o nível de renda e o nível de consumo, traduzindo-se em um cenário de estabilidade financeira. Isso requer gestão. A gestão financeira permite identificar as origens e os destinos dos recursos e elevar a eficiência na consumação das despesas e na otimização do uso do capital.

A Educação Financeira, consta no Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas (PLANO DIRETOR DA ENEF, 2010). É considerada como um tema transversal que contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades, a partir da instrumentalização do aluno para tomar decisões financeiras com mais assertividade ao longo de sua vida. Isso porque, além do conhecimento cognitivo, a escola precisa trabalhar metodologias de ensino voltadas para a administração do projeto pessoal do aluno e de sua vida em sociedade. Assim sendo, a Educação Financeira não é somente um conjunto de ferramentas de cálculo, mas uma leitura de realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva (AEF-BRASIL, 2017).

TÉCNICAS CONTÁBEIS PARA A GESTÃO DA ECONOMIA DOMÉSTICA

O Planejamento é uma ferramenta utilizada para a gestão das finanças. O Orçamento é o principal instrumento para a sua construção. Trata-se de um mecanismo contábil, às vezes desconhecido ou ignorado pelas famílias, porém essencial na administração da escassez de recursos. Ao se trabalhar com a ferramenta Orçamento, é preciso constar as receitas e despesas de todos os membros da família. A estruturação de um Orçamento Doméstico funda-se em três etapas: a) estimar os valores das receitas e despesas com base nos meses passados; b) apuração das despesas reais de um mês, fazendo uma analogia ao classificar as despesas em elásticas, que são aquelas que podem ser suprimidas, e em inelásticas, ou seja, que não são passíveis de redução; c) aprovar o orçamento do mês seguinte, analisando criteriosamente todas as despesas, realizando cortes e impondo limites nos gastos (EDWALD, 2003).

O Planejamento, outro pilar da Educação Financeira, possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, definir estratégias e construir um referencial futuro com impacto no curto e longo prazo. O Orçamento é o plano financeiro que permite a execução das estratégias definidas no Planejamento, possibilitando a alocação de recursos de forma consistente e eficaz. Dessa forma, a análise do Orçamento proporciona condições de feedback para orientar atividades e prioridades, alimentando o próprio processo de Planejamento e alcance das metas (FREZATTI et al., 2010).

Concomitante ao Orçamento Doméstico, para organização e visualização das receitas, das despesas e do valor poupado, pode-se realizar a elaboração e análise dos demonstrativos do Fluxo de Caixa. Trata-se de uma ferramenta contábil de fácil entendimento que permite a visualização da entrada e saída do dinheiro no curto, médio e longo prazo, planejar as finanças e, ao mesmo tempo, manter o caixa equilibrado, isto é, sem excessos ou escassez, permitindo cumprir com os compromissos financeiros dentro dos prazos pré-estabelecidos. Com essa metodologia, as sobras de dinheiro são facilmente visualizadas, o que auxilia na determinação do melhor momento para sua aplicação (investimentos ou poupança), bem como na verificação de períodos que exijam empréstimos para suprir as dívidas (RASOTO et al., 2012). Planejar, usar a ferramenta do Orçamento e do Fluxo de Caixa, por exemplo, apesar de técnicas simples, fazem o indivíduo pensar na sua situação real e no que precisa reduzir, ampliar, potencializar e investir para chegar mais perto do objetivo almejado.

A aprendizagem de técnicas para melhorar a gestão da vida pessoal e social é um assunto que vem merecendo atenção, inclusive de órgãos financeiros. O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF, 2013) construiu um programa de Educação Financeira para ser desenvolvido nas escolas e para ser trabalhado nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio ou Formação Básica, buscando capacitar o aluno para estabelecer metas, observar a realidade e o processo-distância a que se encontra dos objetivos. O programa visa,

[...] promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CONEF, 2013, p. 6).

O material produzido pelo programa do CONEF é resultado de uma parceria criada envolvendo instituições do Estado e da sociedade civil para a promoção da Educação Financeira junto à população brasileira. Resulta da iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. O COREMEC é integrado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), visando, em especial, promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular (CONEF, 2013).

A dimensão da Educação Financeira se estende para além do sujeito, para a sociedade e para o mundo das instituições financeiras, que também dependem de consumidores de capitais com maior conhecimento e capacitação para gerir suas vidas e negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo podemos dizer que, na atual situação econômica de crise em que parte significativa da população se encontra, as academias não podem se esquivar de assumir o compromisso social de refletir e divulgar técnicas para que os brasileiros consigam melhorar a gestão de seus recursos. Portanto, a Universidade deve ser local de discussão e disseminação de caminhos para a efetivação de uma política educacional de Educação Financeira.

Os números divulgados pelo CNC mostram que a parcela populacional que se declarou muito endividada ou sem perspectiva de quitar suas contas em atraso é a que apresenta mais da metade do orçamento comprometido. Isso mostra a importância do uso de técnicas contábeis na gestão do orçamento. Outro aspecto relevante aponta para a relação entre o ingresso de parcela da população na Classe C acompanhado do aumento do endividamento familiar. A situação evidencia a necessidade de se qualificar metodologicamente as pessoas para viverem na sociedade do “consumismo”, sem aderir indiscriminadamente aos padrões e facilidades de consumo. Para isso, a ação pedagógica, caracterizada pela Educação Financeira, é necessária. A ausência desse conhecimento gera maus investimentos, ostentações, pagamento de juros passivos, investimentos sem retornos, dificuldades financeiras, contratação de empréstimos, entre outros. A contração de dívidas, sem reflexão e planejamento, tende a elevar o percentual de endividamento e conseqüente inadimplência.

O conhecimento sobre Educação Financeira permite, por exemplo, investir com retornos, obtenção de juros ativos, gastar menos que a receita, traçar e alcançar metas financeiras. Há várias ferramentas que podem auxiliar o professor para explorar a Educação Financeira na escola. Nesse estudo, apresentamos algumas técnicas contábeis, como o Planejamento Financeiro, Orçamento e Fluxo de Caixa (mecanismos metodológicos de auxílio na gestão da Economia Doméstica), bem como, indicamos o consumo consciente e a formação de poupança como conceitos importantes para a eficácia das técnicas contábeis, as quais contribuem para a leitura da realidade.

Para finalizar, podemos dizer que exercitar a Educação Financeira, no sistema de ensino, significa contribuir com as gerações escolares no desenvolvimento de habilidades, elevando o seu grau de assertividade e responsabilidade ao realizar escolhas que envolvam o controle de suas finanças pessoais. Conhecer a própria realidade, as possibilidades e limitações dos recursos disponíveis

são noções importantes a serem trabalhadas ainda no Ensino Fundamental, alimentadas no Ensino Médio e Universitário. Este último, de forma compromissada com a disseminação desse conhecimento para a sociedade. Também situamos como conclusivo que essa produção textual caracteriza e potencializa esse compromisso social da Universidade, visto que há o predomínio de jovens que se encontram inseridos no mundo do consumismo e que buscam alternativas, bem como ferramentas, para melhorar a gestão de seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. **Educação financeira nas escolas**. São Paulo: AEF-Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Os dispositivos existenciais do consumismo. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 118, mar. 2011. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10182/6708>>. Acesso em: 26 maio 2017.

BUSETTI, Lucas. **Gerenciamento financeiro pessoal**: modelo de planejamento e controle para construção patrimonial. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67545/000867703.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 maio 2017.

CAMPOS, Marcelo Bergamini. **Educação financeira na matemática do ensino fundamental**: uma análise da produção de significados. Juiz de Fora: UFJF, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Marcelo-Bergamini-Campos.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2017.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Educação financeira nas escolas**: ensino médio: livro do professor. Brasília: CONEF, 2013. Disponível em: <<http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/livro-3-voce-eu-nos-no-mundo/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Percentual de famílias com dívidas recua em janeiro de 2017 para o menor patamar desde 2010**. 2017. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_janeiro_2017.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

EDWALD, Luís Carlos. **Sobrou dinheiro**: lições de economia doméstica. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERREIRA, Mateus et al. **Aspectos comportamentais no hábito de poupar em adultos jovens**: uma comparação entre alta e baixa renda. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16. out. 2013. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhospdf/481.pdf>> Acesso em: 26 maio 2017.

FREZATTI, Fábio et al. Perfil de planejamento e ciclo de vida organizacional nas empresas brasileiras. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 383-399, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rausp/article/viewFile/44518/48138>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GUIMARÃES, Thiago. Educação básica ruim joga Brasil no grupo dos 'lanternas' em ranking de capital humano. **BBC Brasil em Londres**, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36660930>>. Acesso em: 14 maio 2017.

OLIVEIRA, Nielmar de. Endividamento das famílias cresce e atinge 58,2%. **Empresa Brasil de Comunicação**, Rio de Janeiro. 28 set. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-09/endividamento-das-familias-cresce-e-atinge-582>>. Acesso em: 26 maio 2017.

PINTO, Hugo Eduardo Meza; VIEIRA, José Guilherme. Endividamento e consumo. **O Economista**. Joinville, 11 out. 2010. Disponível em: <<https://www.oeconomista.com.br/endividamento-e-consumo/>> Acesso em: 26 maio 2017.

RASOTO, Armando et al. **Gestão financeira**: enfoque em inovação. Curitiba: Aymará Educação, 2012.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 155-172, 2011. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32>>. Acesso em: 26 maio 2017.

Data de recebimento: 30 de julho de 2017.

Data de aceite para publicação: 29 de setembro de 2017.